

DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE EM CIBERESPAÇO: OCASO DO PARLAMENTO JOVEM DE MINAS DE JUIZ DE FORA

Christiane Jalles de Paula*

RESUMO

Este trabalho faz uma reflexãosobre o Parlamento Jovem de Minas de Juiz de Fora. Este é um projeto de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em parceria com a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Pontifícia Universidade Católica (PUC – Minas), a Câmara Municipal de Juiz de Fora, e diversas escolas de ensino médio das redes pública e privada desta cidade da Zona da Mata mineira. Tal projetotem por objetivo educaros jovens secundaristas para a política e a participação democrática. A formação é realizada por estudantes de Ciências Sociais da UFJF. Este artigo analisa a comunidade no Facebook do Parlamento Jovem de Minas de Juiz de Fora no ano de 2013. Fazendo uso da netnografia, analisou-se as postagens do grupo fechado no Facebook nomeado de PJMJF2013. Busca-se mapear e problematizar os argumentos usados pelos estudantes de Ciências Sociais na condução do aprendizado dos secundaristas, ressaltando quais os valores sobre política, Estado, sociedade civil, liberdade e democracia que vieram à tona na referida comunidade no Facebook.

Palavras-chave: Democracia, Educação, Juventude, Parlamento Jovem de Minas

DEMOCRACY, EDUCATION AND YOUTH IN CYBERSPACE: THE CASE OF THE YOUNG PARLIAMENT OF MINAS DE JUIZ DE FORA

ABSTRACT

This paper reflects on the Young Parliament of Minas de Juiz de Fora. This is an extension project of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) in partnership with the Legislative Assembly of Minas Gerais, the Pontifical Catholic University (PUC - Minas Gerais), the Juiz de Fora City Hall, and several public and private high schools of this city. The purpose of this project is to educate young secondary school students on politics and democratic participation. The training is carried out by students of Social Sciences of the UFJF. This article analyzes the Facebook community of the Youth Parliament of Minas de Juiz de Fora in the year 2013. Making use of the netnography, analyzed the postings of the closed group on Facebook named PJMJF2013. It seeks to map and problematize the arguments used by students of Social Sciences in the conduct of secondary school learning, highlighting the values on politics, state, civil society, freedom and democracy that have surfaced in that community on Facebook.

Key-words: Democracy; Education; Youth, Young Parliament of Minas.

* Doutora em Ciência Política, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora –UFJF. Contato: christianejalles@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Parlamento Jovem de Minas tem como proposta fornecer educação política para jovens secundaristas deste estado. É uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais realizado em Juiz de Fora por meio de uma parceria entre a Câmara Municipal e o Curso de Ciências Sociais da UFJF. Estudantes da UFJF orientam estudantes secundaristas em temas de política e cidadania de modo a capacitá-los a produzirem propostas de leis como representantes políticos. De acordo com a conceituação oficial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais “o Parlamento Jovem de Minas é um projeto de formação política destinado aos estudantes dos ensinos médio e superior dos municípios mineiros, que cria para os jovens uma oportunidade de conhecer melhor a política e os instrumentos de participação no Poder Legislativo Municipal e Estadual” (ALMG – PARLAMENTO JOVEM, 2016).

O Parlamento Jovem foi criado em 1999 em São Paulo, inspirado nos moldes do *European Youth Parliament* (EYP), que existe desde 1987 e reúne jovens entre 16 e 22 anos de vários países para discutirem assuntos políticos e sociais, o qual, as propostas escolhidas são encaminhadas para o Parlamento Europeu (FUKS & CASALECCHI, 2016, pág.151). O Parlamento Jovem em São Paulo se expandiu para vários estados, como o de Minas Gerais. Em Juiz de Fora, o projeto Parlamento Jovem de Minas teve sua primeira edição no ano de 2010 (RIOS& PEDROSA& GOMES, et al., 2011). Assim podemos afirmar que são dois os objetivos do projeto. O primeiro é o desenvolvimento de interfaces entre educação e democracia que estimulemo exercício da cidadania por parte dos jovens estudantes do ensino médio das redes públicas e privadas de Juiz de Fora. Outro é que os estudantes aprendam como acontece a atividade parlamentar. Dessa forma, tomando como ponto de partida a discussão de temas sociais o projeto faz com que os estudantes tenham noções básicas para a atividade de cidadania e dos canais da representação para atendimento das demandas sociais.

O cumprimento destes objetivos do projeto é constantemente um desafio. O primeiro deles

diz respeito ao fio condutor do projeto, qual seja: a centralidade no Parlamento. Há uma variedade enorme de literatura produzida pelas Ciências Sociais problematizando o papel dos legislativos como signo de uma vida mais cidadã e democrática. Dentre muitos críticos cabe ressaltar Jacques Rancière. Em seu livro **Ódio à democracia**, este pensador nos adverte para a domesticação da política produzida pela “democracia liberal representativa”. Para ele, a boa democracia não é entendida como produção de consenso, e sim é a própria ideia do dissenso. Democracia quer dizer que “as formas jurídico-políticas das constituições e das leis do estado não repousam jamais sobre uma única e mesma lógica” (RANCIÈRE, 2014, pág. 71). Portanto, não há identificação do poder do povo com uma determinada forma de governo, uma vez que a democracia está aquém ou além da forma de governo, conforme ressaltar tal autor, pois pode funcionar sem se referir ao poder do povo; ou ser constantemente readequada, ampliando a formação de vontades coletivas. Essa vontade coletiva é um produto de uma operação política. Apolítica é **uma** modalidade própria da ação levada à prática por um tipo singular de sujeito: o *demos*. E a democracia, nas palavras de Rancière, “significa a impureza da política, a rejeição da pretensão dos governos de encarnar um princípio uno da vida pública” (RANCIÈRE, 2014, pág. 81). E é a própria política quem faz esse deslocamento, posto que é definida por *participação em oposições*, em que o fundamento da prática política é o conflito; é a força motriz que desloca continuamente “os limites do público e do privado, do político e do social” (idem, *ibidem*). Dessa forma, a política é **um tipo de ação paradoxal, posto que é com a política que e tornado possível ampliar a democracia**. E qual o papel do Parlamento nesse cenário? Enfim, para Jacques Rancière, a “democracia representativa” é uma forma mista de funcionamento do Estado.

O outro pilar de sustentação do projeto é a educação; ou melhor, diz respeito ao fenômeno educativo. Demerval Saviani, no trabalho *Onzes teses sobre educação e política*, chama atenção para as diferenças entre a prática educativa e a prática política. No fenômeno educativo, diz tal autor, **é configurada uma relação entre não-antagônicos e seu pressuposto é**

a de que os educadores estão a serviço do educando(Saviani, 2008). Como pensar isso num experimento educativo que põe na linha de frente jovens universitários ainda em formação? Como estes universitários têm agido na função de educadores? Refletir sobre estas perguntas é um o objetivo deste texto.

O artigo está organizado em três partes: a primeira a discussão sobre democracia, cidadania e educação. A seguir, faremos um breve apanhado da produção sobre o Parlamento Jovem de Minas e, por fim, analisaremos as postagens na comunidade do Parlamento na rede social *Facebook*.

DEMOCRACIA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO

Maria Victoria Benevides (1996) diz que precisamos estar atentos à “advertência de Norberto Bobbio, para quem a apatia política dos cidadãos compromete o futuro da democracia, inclusive no chamado primeiro mundo. Dentre as ‘promessas não cumpridas’ para a consolidação do ideal democrático, aponta ele o relativo fracasso da educação para a cidadania como transformação do súdito em cidadão. Bobbio recorre, ainda, às teses de Stuart Mill para reforçar a necessidade de uma educação que forme cidadãos ativos, participantes, capazes de julgar e escolher - indispensáveis numa democracia, mas não necessariamente preferidos por governantes que confiam na tranquilidade dos cidadãos passivos, sinônimo de súditos dóceis ou indiferentes” (Benevides, 1996, pág. 226).

Desse ponto de vista, ainda seguindo Benevides (1996), a educação é aqui entendida como a formação do ser humano com vistas a desenvolver suas potencialidades de conhecimento, de julgamento e de escolha para viver conscientemente em sociedade. E para que isso aconteça é preciso formação intelectual e informação (Benevides, 1996, págs. 226-227), é preciso, portanto, educar para a democracia. O objetivo é que os jovens estudantes integrantes do Parlamento Jovem de Minas possam ser educados para a democracia, ou seja, sejam formados em acordo com os valores republicanos e democráticos e preparados para a tomada

de decisões políticas em todos os níveis, “pois numa sociedade verdadeiramente democrática ninguém nasce governante ou governado, mas pode vir a ser, alternativamente - e mais de uma vez no curso da vida - um ou outro” (Benevides, 1996).

Os valores democráticos e republicanos da liberdade e da igualdade que se encarnam em liberdade de expressão e de opinião, de tolerância ao outro, de respeito à privacidade, do poder e da responsabilidade cívica diretamente ou através da representação, os princípios do governo da maioria associados aos direitos individuais e das minorias, a defesa dos direitos humanos e de eleições livres, justas e limpas, a defesa do Estado Democrático de Direito e o dever da participação são os elementos que se busca ensinar no projeto Parlamento Jovem (a partir de agora denominado PJ Minas de Juiz de Fora).

Mas, se a primeira vista eles parecem inquestionáveis e únicos de sentido, podemos perceber no projeto que há disputas de significado e de práticas que dizem respeito tanto aos valores, crenças e pertencimentos dos alunos-participantes de Ensino Médio da cidade de Juiz de Fora quanto dos monitores, alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora, que atuam diretamente com estes alunos. Os monitores têm um papel fundamental e a reflexão que fazem sobre a própria experiência de ensinar para a democracia tem nos ajudado a pensar o ensino de Ciências Sociais e também as práticas de democracia no Brasil.

Mas, como vários autores já indicaram, há dificuldade de apreensão de processos de aprendizagem política (Piaget, 1994; Kohlberg, 1992; Habermas, 1992) uma vez que essa aprendizagem se dá de maneira difusa e dispersa ao longo da vida dos indivíduos. Tais desafios estão no horizonte do Parlamento Jovem que, ainda assim, pretende ser um catalisador e um organizador de princípios e práticas de cidadania para os jovens estudantes que participam em cada uma das suas edições.

A participação política é entendida aqui de forma bem ampla: como toda e qualquer forma de ação coletiva (Melucci, 1996). Mas, como assinala Avelar (2007:265), “primeiro, aquele que participa buscando seus objetivos identifica-se com os interesses gerais de um sistema dominante,

legitimando-o; *segundo*, que a participação se dá em um contexto competitivo de interação estratégica e com o objetivo de exercer algum grau de influência na distribuição de poder em benefício de um grupo específico”. Nesse sentido, a autonomia do sujeito assume lugar de destaque e pressupõe “a capacidade de seres humanos de razão autoconsciente, de serem autorreflexivos e autodeterminantes. [A autonomia] envolve a capacidade de deliberar, julgar, escolher e agir de acordo com diferentes linhas de ação tanto na vida privada como na pública” (Held, 1987:244).

PARLAMENTO JOVEM DE MINAS, UM EXPERIMENTO DE AMPLIAÇÃO DEMOCRÁTICA E CIDADÃ

Em relação propriamente ao Parlamento Jovem, os trabalhos já produzidos dão conta de como inúmeros desafios vem sendo enfrentados. No livro organizado por Medeiros & Marques (2012) há um conjunto de reflexões sobre a experiência do Parlamento Jovem, e também uma pesquisa desenvolvida por professores e estagiários da PUC-Minas com participantes do projeto. Um dos capítulos discute as escolhas, problemas e dificuldades na implementação do Parlamento Jovem. Outros capítulos abordam o formato do programa, a sua gênese, a constituição da parceria da Assembleia Legislativa de Minas com a PUC Minas, o desenvolvimento e o caráter pedagógico do Parlamento Jovem. Há ainda no livro citado capítulos sobre a sua eficácia e eficiência do Parlamento Jovem na educação política e no aprimorando da cultura democrática e autonomia dos jovens (MEDEIROS & MARQUES 2012).

Ainda neste livro, há também estudos sobre modo de vida dos jovens participantes, as relações sociais internas ao Parlamento, a construção da consciência democrática pelos métodos participativos do Projeto e as proposições apresentadas pelos Projetos de 2004 a 2008. Os aspectos motivacionais e os valores de orientação pessoal e política também são alvos de reflexão (MEDEIROS & MARQUES, 2012). A interação com a internet através do uso das redes sociais dos participantes, o uso de informação política e o compartilhamento de opiniões políticas nas redes

sociais, a divulgação em portais informativos enquanto fontes de informação, assim como seu potencial de induzir a participação relacionados ao Parlamento Jovem também foram alvos de investigação e constituem capítulo no referido livro (MEDEIROS & MARQUES, 2012).

Há trabalhos preocuparam-se com a mudança de percepções e atitudes políticas geradas pelo Parlamento Jovem (FUKS, 2011, 2014; FUKS & BATISTA PEREIRA, 2011; FUKS & CASALECCHI, 2012). Em todos, a conclusão foi bastante parecida, qual se, de que não se pode assegurar que o Parlamento Jovem influenciou, aparentemente, as atitudes políticas de seus participantes ou suas mudanças de percepções. Para estes estudos outras agências de socialização, tais como a família e a escola, são importantes na formação de atitudes políticas. Em um texto bastante instigante, Mario Fuks (2014) chama a atenção para o fato do Parlamento Jovem poder gerar efeitos tardios em seus participantes, por ser uma instância socializadora em si.

Apesar de não serem constatadas mudanças nas atitudes políticas direta dos seus participantes em alguns estudos, a literatura tem destacado que o Parlamento Jovem exerce uma influência positiva sobre aspectos distintos do comportamento político: o de participação, a busca por maiores informações políticas, acréscimo no conhecimento político e o incentivando a autonomia e cidadania nos jovens participantes. (COSSON, 2008; FUKS, 2011; CASALECCHI, 2012). Além disso, alguns trabalhos defendem que o Parlamento Jovem gera uma mudança na percepção e confiança das instituições políticas graças ao intenso fluxo de conhecimento recebido na experiência e conhecimento do funcionamento das instituições legislativas. (FUKS& CASALECCHI, 2012).

Este artigo se soma aos esforços acima e busca compreender os alcances e limites do Parlamento Jovem na cidade de Juiz de Fora, especialmente no que diz respeito à atuação dos monitores como difusores de valores. Quais os valores que estão sendo ensinados? Sob que premissas são construídas as interações no ciberespaço entre os monitores e os estudantes secundaristas participantes do projeto? Buscando responder a estas duas perguntas que partimos do pressuposto de que como um projeto de educação política

para a democracia, o Parlamento Jovem de Minas adotaria a prática de uma cidadania ativa.

Para responder a essas perguntas fizemos uso do método qualitativo da netnografia não-obstrutiva e observativa. Esta metodologia, ainda pouco usada nas Ciências Sociais, tem origem no campo das pesquisas de consumo e marketing e na publicidade. É uma forma especializada de etnografia (Kozinets, 2014, pág. 9). Investigaremos aqui uma “comunidade virtual”. Howard Rheingold (1993, p. 5 apud Konizets, 2014, págs. 15-16) definiu comunidades virtuais como “agregações sociais que emergem da rede quando um número suficiente de pessoas empreende [...] discussões públicas por tempo suficiente, com suficiente sentimento humano, para formar redes de relacionamentos pessoais no ciberespaço”. No caso em tela, estamos tratando de uma comunidade virtual formada a partir de interação face-a-face. Tal característica reforça a interação social e os laços de familiaridade entre os monitores e os estudantes participantes do PJ Minas de Juiz de Fora. O que como mostra Konizets “ leva ao reconhecimento das identidades dos indivíduos e ao senso subjetivo de que ‘eu ‘pertencço’ a este grupo específico” (Konizets, 2014, p. 17).

Tendo essas questões teórico-metodológicas no horizonte que empreendemos análise de conteúdo das mensagens trocadas entre monitores e alunos-participantes da comunidade do Parlamento Jovem de Minas de Juiz de Fora na rede social *Facebook*. Examinaremos a seguir os debates ali ocorridos no ano de 2013. Cabe observar que não serão identificados nem os estudantes, nem os monitores, cujas postagens aqui analisaremos.

DE TUDO UM POUCO: A COMUNIDADE DO PJ MINAS DE JUIZ DE FORA NO FACEBOOK

Como já dito, o *Facebook* é uma rede social, que entrou no ar nos Estados Unidos em fevereiro de 2004. Concebida por Mark Zuckerberg e Eduardo Saverin, em 2012 o *Facebook* atingiu a marca de 1 bilhão de usuários ativos, sendo considerada a maior rede social do mundo. Neste mesmo ano, o Brasil era listado entre os cinco países com maior número de usuários ativos

(Folha de S. Paulo, 4/10/2012).

Em 12 de abril de 2013, monitores e estudantes participantes do Parlamento Jovem de Minas de Juiz de Fora criaram uma comunidade na rede social *Facebook* para que os/as alunos/as de todas as escolas pudessem se interagir entre eles e pudessem ampliar a discussão política para fora das escolas. A comunidade teve 45 membros que participaram com 115 postagens sobre o tema referente aquele ano que era “Cidades Sustentáveis: desafios para as novas gerações”, e principalmente sobre o cotidiano da política. Na comunidade foram adicionados vídeos, postagens pequenas e documentários. Várias postagens foram sobre a proposta de redução da maioria penal, sobre engajamento popular na política, além, é claro, daqueles relacionados ao meio ambiente. De modo geral, as publicações foram amplamente visualizadas (em média, cada postagem foi vista por 30 membros). Todavia, as postagens foram pouco curtidas e comentadas. Na média cada postagem recebeu 5 curtidas - mas as postagens sobre legalização das drogas tiveram sempre mais. A maioria dos membros participou curtindo, sem opinar diretamente sobre o tema em debate. Isso sugere níveis diferenciados de participação, corroborando com a literatura sobre cibercultura.

O debate travado entre estudantes e monitores no ano de 2013 foi influenciado pelas manifestações que levaram milhões de brasileiros às ruas contra aumento no valor de passagens de ônibus urbanos. Em junho ocorreu em diversas capitais e em várias cidades do Brasil uma onda de manifestações populares nas ruas, praças e avenidas, entre os quais Juiz de Fora. Estima-se que mais de um milhão de pessoas saíram às ruas sendo predominantemente composta por jovens, escolarizados, classes médias, conectados em redes digitais, organizados horizontalmente e de forma autônoma e críticos das formas tradicionais da política. As manifestações impactaram os estudantes do PJ Minas de Juiz de Fora, incutindo um horizonte de possibilidade que os faziam acreditar que era factível fazer a mudança a partir da participação, mas a influência do projeto também fica evidenciada no destaque que ganha a representação – um dos valores mais enfatizados no Parlamento Jovem é o da valorização da representação e suas

instituições. Nesse sentido, o PJ Minas de Juiz de Fora foi um ponto de inflexão na significação da política para os estudantes que participaram, fornecendo outros elementos além daquilo que foi definido por Bernardo Sorj (2014) como as vozes dissociadas das instituições e manifestações dissociadas das organizações. A passagem abaixo ilustra com clareza tal dualidade defendida no projeto:

“Palavras de ordem não fazem uma revolução! Espero que as manifestações reflitam nas urnas ano que vem e não estejam somente restritas ao momento de euforia atual... *Vamos às ruas, mas por favor: não se esqueçam de ir com sabedoria às urnas em 2014!* Preocupem-se mais com o país do que em preencher tabelinhas da copa... Não deixem que no ano que vem a copa apague a força que estamos ganhando nas ruas! *Nós podemos ter o país de nossos sonhos! Basta querer, basta agir, basta lutar!*” (aluno X, colégio Santa Catarina – grifos meus)

Um olhar mais detido para a passagem é bastante esclarecedor. Há um tom imperioso no acento da representação como o caminho para as decisões públicas, que muito bem se coaduna com os objetivos do projeto. Contudo, a ressalva feita por ele de “ir com sabedoria às urnas” assinala um conselho e um argumento de autoridade - esta fundada em algo que não está evidente em seu recado -, mas que nos permite aludir a um texto de André Singer, no qual sugere, em caráter exploratório, uma explicação baseada na composição de classe e na ideologia de que as manifestações de 2013 sofreram uma inclinação ideológica em direção ao que ele denomina “centro pós-materialista, nos termos do cientista político Ronald Inglehart.

André Singer afirma que, para Inglehart, à medida que as sociedades vão resolvendo os seus problemas materiais ocorre uma mudança de valores, os quais passam gradativamente daqueles que enfatizam “a segurança econômica e física” para aqueles que ressaltam “a autoexpressão e qualidade de vida” (Singer, 2013, p. 37). Voltando a passagem do aluno X, a centralidade das eleições acaba ganhando outro acento quando é comparado ao apreço dos sujeitos ocultos no

discurso do aluno com os álbuns de figurinha de times que irão competir na Copa do Mundo que iria acontecer no ano seguinte. A frase “basta querer, basta agir, basta lutar”, por seu turno, ressaltam o voluntarismo e o individualismo da fala. Para Singer, a forte presença de uma jovem classe média nas manifestações, como assinala antes, é naturalmente compatível com a ideologia de centro que acabou por ser dominante no auge do movimento.

Um exame mais detido das postagens na comunidade do PJ Minas-Juiz de Fora no Facebook nos auxilia a compreender o *ethos* que partilhavam os estudantes-participantes naquele ano. E sugere que a hipótese de Singer tem lastro. Isso pode ser visto na postagem de um dos alunos participantes. A reportagem publicada na Carta Capital sobre a legalização das drogas suscitou grande debate entre monitores e estudantes-participantes, fornecendo-nos um material empírico elucidativo dos mecanismos, assimetrias, antagonismos, argumentos de autoridade que incidiram sob o fenômeno educativo naquele PJ Minas de Juiz de Fora de 2013.

“<http://www.cartacapital.com.br/revista/.../legalizem-as-drogas>

Gente to com a revista aqui em casa e quem quiser só me pedir que eu empresto, mas aproveitando o gancho disso, o que vocês acham a respeito da legalização da maconha?”

A postagem foi feita em 15 de maio pelo aluno Y, do colégio Santa Catarina – uma das escolas tradicionais das classes alta e média, de orientação religiosa (católica) e que proíbe em seus aposentos a formação de grêmios estudantis-, e suscitou profícuo debate. Foi visualizado por 34 membros, recebeu 15 comentários, todavia recebeu apenas uma curtida. Uma análise mais detida dos comentários ao pôster nos ajuda a esclarecer a questão dos valores. É interessante destacar que os comentários foram monopolizados por apenas três membros – o próprio autor da postagem e mais duas monitoras.

O primeiro comentário foi feito no mesmo dia por uma das monitoras, a partir de agora a monitora A, que participa, mas não discute o

conteúdo da postagem, colocando-se num lugar de não conhecimento. Diz ela:

“não sei, nunca tive interesse em opinar sobre isso e também nunca procurei entender os lados, então é um assunto que eu fico em cima do muro, não sei nem se seria essa expressão, mas por falta de outra... vai essa mesmo xD”

A questão da legalização das drogas põe em xeque a posição dos próprios monitores e de um dos pressupostos do fenômeno educativo aludido por Saviani, qual seja: do não antagonismo entre o educador e o estudante. A réplica de uma segunda monitora (a partir de agora monitora AB) à defesa parcial feita pelo aluno Y indica a dificuldade que enfrentamos para debater os valores da liberdade de expressão e de opinião acerca de problemas que carregam agregado valor moral. A legalização das drogas, que vem sendo discutida na cena pública mundial, é tratada pela monitora AB como algo que não cabe no caso brasileiro, uma vez que aqui o atraso impediria que o experimento fosse bem-sucedido.

“Pode, talvez, quem sabe, eventualmente (acho que vocês entenderam minhas reticências) acabar com o tráfico. Aí o governo tomaria conta dos impostos MUAHAHAHAHAHAHAHA. Daí todo mundo ia ficar saudosista do tempo em que o tráfico existia... enfim isso é só uma provocação, na minha estreita visão não adianta o Brasil querer ser uma Holanda da vida, não daria certo. Temos muito o que resolver, coisas muito mais prementes do que uma legalização de drogas. Mas como a monitora A disse há muito o que se discutir e pesar.”

A recusa das monitoras em discutir propriamente o argumento favorável à legalização das drogas exposto no artigo postado pelo secundarista é confirmada com a réplica da monitora A que, de volta à comunidade, diz:

“Outra coisa, não é conveniente para o governo legalizar a maconha ou qualquer outro tipo de droga ilícita já que ele ganha com o tráfico

também. Fonte: livro de geopolítica lido uns semestres atrás. XD”

Mas, o secundarista não se dobra ao argumento de autoridade e explicita sua posição:

“Eu até sou a favor de um uso medicinal da maconha. Até pelo fato dela fazer “menos mal que o cigarro ou o álcool”. Ok, sei que essa de “menos mal” não é nada interessante de se dizer pelo simples fato de: se não faz bem, por que que as pessoas insistem em usar? Então, se proibem a maconha deveriam também proibir álcool e cigarro. Mas, isso é praticamente inviável por questões culturais e sociais também. A maconha como remédio já foi reconhecida em várias faculdades ao redor do mundo (faculdades como Havard e as cubanas). Não sou favorável ao uso indiscriminado da maconha, não é pra todo mundo virar rastafári assim kkkkk, só acho que deveríamos pensar mais sobre assuntos coisas que poderiam fazer bem para nossa sociedade. E gente, tem uma frase que eu acho que resume isso tudo: Do remédio pro veneno, o que muda é só a dose”.

Com o desenrolar das conversas, nova postagem do secundarista redireciona o debate para uma outra questão que assume então lugar central: o da liberdade privada vs desigualdade social. Fica evidente que monitores e alunos percebem o preconceito e o déficit democrático que caracteriza a sociedade brasileira. Diz ele:

“O problema é que essa quantidade não é definida por lei. E isso, na matéria da revista eles discutem. Normalmente o cidadão bem vestido apanhado com um (não sei o coletivo pra maconha) bolo de maconha vai ser considerado somente usuário. Contudo, se for um morador da favela, de pés descalços pode ser um pé de maconha, eles vão arrumar mais pés pra poder culpar o coitado. E mesmo que este seja absolvido, a marca de já ter ficado preso, de já ser criminalizado não vai sair.”

Um ponto importante é que as duas monitoras que dialogam com o aluno Y (AB e CD)

selecionam determinados aspectos da mensagem do aluno: caso das falhas na legislação apontada por ele. Nesse sentido, o secundarista levanta uma questão que permite pensar não só os problemas de viabilização do Estado Democrático de Direito no Brasil, mas falhas em sua concepção e alternativas jurídicas para dirimi-las.

Com o aprofundamento da discussão sobre a legalização a monitora AB assume uma posição de protagonista, enquanto a outra monitora (CD) coloca-se num papel de mediadora. O ponto importante é que foram os valores da monitora AB que passaram a orientar o debate.

“Eu não sou a favor de uso de drogas, a não ser um uso medicinal, estabelecido a partir de muuuitas pesquisas. Qualquer tipo de droga, álcool incluído, gera malefícios para o organismo sem possibilidade de melhora. Nós tivemos uma palestra sobre essa questão de drogas na faculdade e o efeito que elas causam são devastadores. Eu realmente ainda me espanto como alguém que tem acesso ao conhecimento que o uso traz possa começar a fazer uso, mas isso é uma opinião minha”.

Mais adiante, a monitora AB é ainda mais incisiva no uso de argumento de autoridade para direcionar o debate:

“A OMS diz que o álcool traz mais malefícios à saúde do que a maconha, o cigarro e algumas outras drogas. Sendo bastante radical, eu sou da opinião que se deveria proibir tudo ou ao menos reduzir o uso ao mínimo. E não sejamos tão ingênuos ao ponto de acreditar que essa história de uso medicinal não é trazida à tona pra fazer uma forcinha pela legalização. Será que não há uma outra substância que possa ser utilizada que não a Cannabis? Eu não sou uma conhecedora do assunto e sei da posição de todas as partes, mas nós sempre temos que tentar perceber quem vai sair lucrando mais com a legalização ou não. A partir daí fica mais tranquilo ver porque se coloca em pauta esse debate. Volto a repetir: o Brasil não é a Holanda!”

No fim, o secundarista se rende parcialmente

aos argumentos das monitoras.

“Claro, monitora AB, sei que somos um povo intelectualmente mais atrasado em certos pontos se nos compararmos à Holanda mas, enquanto não se descobre outras coisas mais eficazes que a maconha para o tratamento de certas doenças fatais, devemos deixar pessoas continuarem morrendo?”

Ao lado da questão da igualdade, outro valor (negativo) que se destaca é o fato de que somos um povo, cultura, país atrasado. É este o recurso retórico utilizado pela monitora AB para colocar-se contrária à legalização. A explicitação da posição contra a liberação ao uso de drogas feita pela monitora AB também leva a discussão para novos rumos e, principalmente, produz no aluno Y um recuo de sua posição original. O que não deve ser automaticamente entendido como aprendizado, mas sim como um recuo motivado pela diferença informacional entre monitor e aluno-participante. Questão que vem mostra como os valores e crenças dos próprios monitores assumem papel relevante na proposta de educar para a democracia.

Outras postagens também indicam a preocupação dos estudantes-participantes do PJ-Minas de Juiz de Fora com agenda “pós-materialista”, como por exemplo, as do aluno W, do colégio Santa Catarina que postou uma reportagem feita pelo Tribuna de Minas sobre a importância de ciclovias nas cidades e outra sobre uma máquina capaz de limpar todo o plástico dos oceanos em cinco anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2013 alunos/as do colégio Normal, Santa Catarina, Padre Frederico, Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes e colégio Celetista Monteiro Lobato participaram do PJ-Minas Juiz de Fora. Uma das primeiras postagens na comunidade do Facebook foi do estudante X, do colégio Santa Catarina, que questionou os/as monitores/as sobre a necessidade de se fazer um projeto como o Parlamento Jovem. Pertinente, pois o crucial de elaborar um projeto desse

tamanho envolvendo universidade, Câmara e escolas, é que todos saibam o porquê estão fazendo isso. A resposta, dada pela monitora AB, explicita os valores que procuramos transmitir e ensinar aos estudantes que participam do projeto, disse ela:

“Fala-se e ouve-se muito sobre o povo deter o poder, a decisão, mas nós, POVO, não temos espaços de participação, de fato, efetivos. Eu acredito que o PJ e projetos semelhantes colaborem nesse sentido, de criar uma consciência política, uma consciência dos meios pelos quais podemos agir e reivindicar. Vamos começar a pensar nesse sentido, galera. Nós temos que exigir espaços cada vez mais abertos de debate!” (Monitora AB)

A resposta da monitora é bastante esclarecedora dos valores que vêm sendo difundidos pelos monitores do PJ Minas de Juiz de Fora: o da liberdade, o da igualdade, o da participação e o da conscientização política. Os monitores, apesar de ter que lidar com seus próprios valores, muitos deles antidemocráticos, tem se esforçado para levar e reforçar junto aos alunos-participantes os valores do respeito ao outro, da tolerância e da participação social. Há um esforço grande por parte dos coordenadores do PJ-Minas Juiz de Fora que os monitores atuem como indutores dos valores dos direitos humanos e, principalmente, que os monitores não façam apologias partidárias. O PJ-Minas Juiz de Fora não tem compromisso com agendas de partidos, e sim com os valores basilares da democracia e dos direitos humanos. O objetivo é a construção de uma consciência política democrática e cidadã.

A réplica do estudante X, como podemos ler abaixo, deixa bem claro que o PJ Minas-Juiz de Fora tem atuado com sucesso na formação dessa subjetividade democrática que, como nos ensinou Norbert Elias (1990), faz-se necessária para que possamos agir no mundo em acordo com este sujeito. Dessa forma, as regras e o respeito conquistados pelos monitores juntos aos alunos-participantes são emblemáticos de que as práticas de cidadania propagadas pelos monitores são aquelas vivenciadas no cotidiano, tal qual a dessa comunidade no Facebook.

“Eu acho que o Parlamento pode ajudar principalmente nós mesmos, por mais que seja difícil a implementação real dos projetos criados... apesar de parecer meio clichê dizer isso, nós somos o futuro da política, independente da forma que nós iremos participar (inclusive o projeto pode nos ajudar a decidir isso) (aluno X, aluno do colégio Santa Catarina)

O diálogo que o Parlamento Jovem proporciona entre Universidades e Escolas é importante para troca de conhecimentos políticos e culturais. Pode-se dizer que o trabalho de um monitor está completo quando os resultados são positivos, quando, a ulterior de toda a discussão, vê essa juventude personificando uma identidade política, elaborando suas próprias críticas, sendo capazes de olhar a política de maneira diferente de quando começaram no projeto. Por fim, mas não mais importante, as experiências dos monitores contribuem na interlocução com os alunos-participantes; seus valores servem de parâmetros (não necessariamente a ser seguido, mas às vezes como outro) dos alunos-participantes e as relações interpessoais entre eles acaba por atuar na formação de sujeitos e identidades jovens mais afeitas às regras da democracia e dos direitos humanos.

Percebemos isso na atuação de nossos estudantes-participantes em todo o processo e, em especial, na plenária da Etapa Estadual na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Ápice do PJ-Minas Juiz de Fora, a plenária estadual reúne os estudantes-participantes de PJs de vários municípios que integram projetos semelhantes em suas cidades. No caso do PJ-Minas Juiz de Fora foi escolhido aluno por escola para participar nos três dias do evento. Nos dois primeiros dias são realizadas oficinas e reuniões entre os estudantes-participantes para discutirem as propostas de leis construídas em todo o estado de Minas Gerais. Esses dois dias são de troca de conhecimento e experiências entre os participantes. São os bastidores da plenária, que ocorre no terceiro dia, quando o que foi debatido, acordado e deliberado. Em 2013, pela primeira vez, a Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG) conseguiu recursos e levou todos os alunos para assistirem, no último dia, a plenária. Abaixo

estão alguns relatos de alunos que participaram dessa última etapa:

“Foi muitooooo bom galera! É uma experiência que eu vou levar pra sempre comigo.... Quero mais shahshashas” (aluna V, colégio Normal)

“Eu tbm” (Aluna K, colégio Escola Estadual Marechal Mascarenhas de Moraes)

Para concluir, o entusiasmo das alunas-participantes do PJ-Minas de Juiz de Fora encontrou na Internet, em especial na comunidade do projeto no Facebook, um espaço para que, apesar dos temas espinhosos e com alto potencial de divergências tratados, aprendesse a debater com civilidade e liberdade de expressão. É importante destacar, contudo, que, dadas as características próprias da comunidade, não houve a possibilidade do refúgio do anonimato que, muitas vezes, dá guarida às posições políticas antidemocráticas.

No caso em tela, podemos afirmar que os monitores e os alunos-participantes do PJ Minas Juiz de Fora de 2013 conseguiram construir formas virtuosas de relacionamento entre eles, que produziram uma comunicação on-line em relação com o mundo off-line. Além disso, apesar dos grandes desafios ideológicos e valorativos enfrentados, os monitores conseguiram que os alunos-participantes desenvolvessem capacidade de reflexão sobre o uso e leitura crítica da informação que circula pela Internet, cumprindo assim alguns dos objetivos do projeto. Portanto, é possível que o PJ Minas de Juiz de Fora esteja conseguindo, pela educação para democracia, formar cidadãos ativos, sabedores de seus direitos e seus deveres, e de como funcionam as instituições republicanas, bem como participativo nas e das decisões públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMG – PARLAMENTO JOVEM, 2016. Disponível em https://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/. Acesso em 17 mar 2017.

AVELAR, L (2007). Participação política.

In: AVELAR, L; CINTRA, A.O – *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer.

BENEVIDES, M.V.M (1996). Educação para a democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n.38, p. 223-235.

CASALECCHI, G. (2011). Socialização Política e Mudanças de Atitudes: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.

COSSON, R (2008). *Escolas do Legislativo, Escolas da Democracia*. Brasília: Edições Câmara.

ELIAS, N (1990) [1939]. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.

Folha de S. Paulo, 4/10/2012.

FUKS, M (2012). “Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política”. *Lua Nova*, vol. 83, p. 145-178, 2011.

_____ (2014). Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 425-449, Disponível em [//www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300425&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762014000300425&lng=en&nrm=iso). access on 18 Mar. 2017

FUKS, M.; BATISTA PEREIRA, F. (2011). “Informação e conceituação: um estudo sobre a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, nº 76, p. 123-143.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. (2012) “Trust and political information: attitudinal change among participants in the Youth Parliament in Brazil”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 6, nº 1, p. 70-88.

HABERMAS, J (1992). *De l'éthique de la discussion*. Paris : lês Editions du Cerf.

HELD, D (1987). O que democracia deveria significar hoje? In: HELD, D. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia.

KOHLBERG, L (1992). *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Biblioteca de Psicologia Desclée de Brower.

KOZINETS, R. V. (2014). *Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso. 203p.

MEDEIROS & MARQUES (2012). *Educação política da juventude: a experiência do Parlamento Jovem/ Organizadoras: Regina de Paula Medeiros, Maria Elizabeth Marques*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

MELUCCI, A (1996). *Challenging codes*. Cambridge: Cambridge University Press.

PIAGET, J (1986). *Procedimentos da educação moral*. In: MACEDO, L (org.) – *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

RANCIÈRE, J (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo editorial.

SAVIANI, D (2008). *Escola e Democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 112p (Coleção Educação Contemporânea).

SINGER, A (2013). Brasil, junho 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*. 97, novembro, p.23-40.

SORJ, B (2014). Entre o local e o global. In: *JUNHO DE 2013. A sociedade contra o estado*. FIGUEIREDO, Rubens (org). São Paulo: Summus Editorial.